

IMPEACHMENT. Para o cientista político Ranulfo Paranhos, presidente deve perder maioria no Congresso

‘Mesmo se não cair, Dilma terá governabilidade comprometida’

LUCIANA BUARQUE
REPÓRTER

Hoje o Congresso Nacional define os nomes dos parlamentares que vão compor a comissão especial do impeachment contra a presidente Dilma Rousseff. O grupo vai analisar a abertura ou arquivamento do processo. Além da tentativa de impedimento, a petista é alvo de ações na Justiça que podem resultar na cassação do mandato, enfrenta uma crise de confiança e popularidade e capitaneia o governo em meio a pior crise econômica das últimas décadas no País. Para o cientista político Ranulfo Paranhos, é difícil superar tantas crises juntas. Ainda que se salve do impeachment e das ações judiciais, recuperar a governabilidade seria quase impossível, opina o especialista.

O professor da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) considera que faltou moralidade ao presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB), quando autorizou a abertura do processo de impeachment, mas afirma que não se trata de golpe: “O que está acontecendo não é golpe. É, no máximo, uma imoralidade do Eduardo Cunha, mas ele tem poderes suficientes para abrir uma investigação”. Em entrevista à Gazeta, Paranhos ainda explica por que o argumento da legitimidade dos votos que elegeram Dilma pode cair por terra e fala sobre a linha sucessória em caso de uma eventual queda da presidente. Confi-

contas paralisadas. Então, consequentemente, deve haver um acordo muito mais forte com o PMDB do que a gente imagina. Ele coloca numa mesma jogada o presidente do Congresso, Renan Calheiros, o vice-presidente Temer e a base dele.

Ou seja, além de revanchismo contra a Comissão de Ética, a abertura do impeachment foi uma forma de ter nas mãos uma moeda para barganhar...

Por que a oposição, o PMDB inteiro votou a favor da alteração da meta fiscal, já que o papel da oposição é ganhar espaço em cima do governo? Isso foi muito estranho. Eles aprovaram [a alteração da meta fiscal] para que um possível governo do PMDB tenha condições de governar. Isso é importante, porque não adiantaria ter um governo Temer com um primeiro ano sem possibilidade de gerenciar as contas públicas. Essa é, talvez, a jogada mais inteligente, mais esperta do Eduardo Cunha este ano.

Como esse processo afeta a crise política no País e que consequências econômicas isso pode trazer?

Do ponto de vista econômico, o que o mercado não tolera é incerteza, instabilidade. Então quando você anuncia um processo de impeachment, nós temos uma decisão ao cabo de cinco, seis meses: ou é efetivado o processo de impedimento, ela é afastada do cargo e teremos um novo presidente, ou ela continua no cargo mas com uma ten-

Gazeta. Há muitas críticas quanto às justificativas para o processo de impeachment aberto contra a presidente Dilma Rousseff. Esse processo é válido, é legal?

Ranulfo Paranhos. A grande questão em relação ao impeachment é que não adianta o meio acadêmico da área do Direito, de Ciências Políticas, o corpo jurídico do País todo e grupos organizados dizerem que é legal ou ilegal, porque quem decide isso é o STF [Supremo Tribunal Federal]. Então, até esse momento, esse pedido de impeachment é legal. E nesse início ele serve para investigar. A votação só acontece após essa investigação. Não há nada de ilegal nele, agora por outro lado há uma certa falta de moral. O impeachment é legal? É. O impeachment é moral? Talvez nem tanto, por conta das motivações. O [deputado] Eduardo Cunha (PMDB) se utiliza da abertura do processo de impeachment não por uma decisão técnica ou porque o processo estava lá e ele recebeu pressão da oposição. Não. A motivação central foi o momento em que ele se sentiu pressionado pela Comissão de Ética da Câmara dos Deputados. E ele fez isso de uma forma muito, mas muito estratégica. Por que ele, por exemplo, não se mobilizou para tentar frear o projeto de Lei que transformava a expectativa de superávit fiscal do Brasil, de R\$ 53 bilhões, em um déficit de mais de R\$ 100 bilhões? Por que não apareceu Eduardo Cunha, por que Renan [Calheiros, presidente do Senado, do PMDB] conduziu aquilo com tanta presteza, por que os principais senadores da oposição não se mobilizaram e, de repente, a própria oposição votou a favor? A gente descobriu que Cunha ligou para o [vice-presidente Michel] Temer e para o Renan antes. Ele só liberou o processo de impeachment depois que a sessão do Congresso aprovou a possibilidade de o governo poder utilizar os recursos financeiros – e, consequentemente, a possibilidade de o governo negociar. Porque se a gente entrasse num *shutdown*, o governo teria as contas paralisadas e um possível governo do Temer em 2016 seria uma gestão de

Um dos maiores argumentos dos apoiadores da presidente é de que estamos vivendo um golpe político. Há golpe?

Não é golpe, não é atentado à democracia. Se em algum momento foi entendido como golpe, é o STF que vai dizer. Golpe é quando eu tenho a lei e surge uma decisão que passa por cima ou contorna a lei. O que está acontecendo não é isso. É, no máximo, uma imoralidade do Eduardo Cunha, mas ele tem poderes suficientes para abrir uma investigação. É duro concordar com Eduardo Cunha, mas o que ele disse é verdade: que ele tem poder apenas para abrir, quem vai julgar são os parlamentares. É instaurada uma comissão especial de inquérito, o presidente e o relator da comissão vão emitir um relatório e os parlamentares vão julgar. Então, não é golpe. O governo está tentando vender essa imagem, mas não é golpe do ponto de vista legal até agora.

Outra alegação é de que a presidente foi escolhida legitimamente pela população, e isso é verdade. Até parte dos opositores defende isso e é contra o impeachment.

Essa é outra frente que o governo defende, a da legalidade do voto. Mas o TSE [Tribunal Superior Eleitoral] e alguns entusiastas do impeachment entendem que o impedimento não seja só por responsabilização sobre a gestão atual, mas também sobre períodos anteriores. E eles relacionam a corrupção descoberta pela Operação Lava Jato às campanhas presidenciais. Há político preso, burocrata da estatal, membro de partido e empresários presos. Do outro lado você tem representantes de empresas fazendo delação premiada e pagando multas porque assumiram os crimes de lavagem de dinheiro e pagamento de propina. E o que tem sido julgado? Que, na relação entre estatal e empresa privada, a empresa lucrava para fazer a obra, mas superfa-

DARCIO MONTEIRO
Ranulfo Paranhos acredita que é praticamente impossível Dilma governar com o Congresso do jeito que está configurado atualmenteRANULFO PARANHOS
CIENTISTA POLÍTICO

“O impeachment é legal? É. O impeachment é moral? Talvez nem tanto, por conta das motivações. O Eduardo Cunha se utiliza do processo de impeachment não por uma decisão técnica ou porque o processo estava lá e ele recebeu pressão da oposição. Não. A motivação central foi o momento em que ele se sentiu pressionado pela Comissão de Ética”

conta da Operação Lava Jato e agora não tem mais para onde correr. Tem uma muito robusta que relaciona verba da Operação Lava Jato à utilização em campanhas. Há delações premiadas que apontam para isso e também há indícios. Por exemplo, como uma gráfica “de garagem” movimentou R\$ 2,5 milhões para organizar cavaletes de rua na campanha? O ministro [do STF] Gilmar Mendes questionou isso na prestação de contas do governo. É difícil concordar com Gilmar Mendes, mas ele está correto. Então se esse processo ganha corpo e acontece paralelamente ao processo de investigação do impeachment, há uma contaminação na decisão dos votantes. Eu vou votar por alguém que está sendo julgado lá no TSE e os indícios apontam que ela vai ser culpada lá? Então, se ela vai cair lá, melhor que ela caia aqui, pelo parlamento.

Muita gente acredita que, com a eventual cassação de Dilma, o candidato Aécio Neves (PSDB) – segundo colocado na eleição – assumiria a presidência da República. Como fica a linha sucessória em caso de queda da presidenta?

Há uma diferença muito grande na sucessão: se Dilma cai pelo impeachment, ela cai sozinha. Se ela cai por conta de alguma ação no TSE, caem ela e o Temer. Cai a chapa PT-PMDB. A menos que o TSE crie uma jurisprudência para retirar a culpa do PMDB, o que não é impossível e é até provável, porque o Direito age segundo a lei, mas também age com certa prudência. Porque se caem Dilma e o Temer, quem assume é o Eduardo Cunha! Mas a própria Justiça tem uma necessidade de celeridade diante de um processo de afastamento de presidente e vice-presidente para impedir o Eduardo Cunha [de assumir], porque em seguida na linha sucessória viria o presidente do STF, que nesse momento é o [ministro Ricardo] Lewandowski, para um período de condução de novas eleições em três meses. O Eduardo Cunha tam-

bém serviria para isso, mas é outra coisa conduzir as eleições via Lewandowski. Por mais que a gente suspeite dele por ele ter sido indicado pelo PT, mesmo assim é um ministro de cargo técnico, não é o Eduardo Cunha.

Nesse contexto, o senhor acredita na saída da presidente, seja pelo impeachment ou pelas ações do TSE?

Você tem ruas, TSE, impeachment, economia. É muita frente para ela atuar. Ela não consegue atuar, tanto é que ela tem perdido todas. Eu estava na rádio na semana passada e disse que sentia falta da Mãe Dináh [risos] para nos dar um norte em relação a isso. Eu não sei. A questão é que é muita frente, é muita crise. Fernando Henrique [Cardoso], o ministro [do STF] Marco Aurélio Mello e outras pessoas já disseram “Presidente, se licencie, saia do cargo”, mas o PT não faz isso. Ela não vai se licenciar, nem vai renunciar. Mas, se ela fica, é bom que esse processo de impeachment aconteça, seja para ela ficar ou sair ao final, porque resolveria a situação e você não teria mais ameaça de impeachment. Agora eu acredito que mesmo que [o impeachment] passe ela não consegue mais governar com maioria folgada. A governabilidade vai continuar comprometida. A gente tem uma regra: no governo de coalizão, presidencialista, você elege o presidente e os parlamentares, o presidente convida parlamentares para pertencer à base do governo, e se ele forma a maioria, ele envia os projetos de Lei do Executivo e o Parlamento aprova. Isso é uma regra, funciona, eu tenho que ter maioria. No Brasil, o governo federal tem maioria, mas não tem na prática. Virou uma exceção à regra. Então eu acho praticamente impossível que ela consiga governar como os antecessores. E ainda tem mais três anos de mandato... Ela pode se salvar do impeachment, mas governar como governaram Itamar [Franco], FHC, Lula e ela mesma no primeiro mandato é praticamente impossível com esse Congresso do jeito que está configurado. ●

De que forma as ações de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME) e de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) contra a presidente, que tramitam no TSE, podem pesar no processo de impeachment? As ações ganharam força por

SC